

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO DO AUTOR	11
PREFÁCIO	13
REGULAMENTOS ARBITRAIS	15
INTRODUÇÃO	39
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	41
ART. 1º.....	41
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE A ARBITRAGEM.....	41
1.1. Natureza jurídica da arbitragem.....	42
1.2. Arbitragem doméstica (interna) e arbitragem internacional.....	45
1.3. Arbitragem de direito internacional público, arbitragem de investimentos e arbitragem comercial	46
1.4. Arbitragem institucional e arbitragem <i>ad hoc</i>	48
2. ARBITRABILIDADE: NOÇÕES GERAIS	48
2.1. Pessoas Capazes de Contratar. Arbitrabilidade Subjetiva	50
2.1.1. Capacidade das pessoas naturais no Brasil	51
2.1.2. Capacidade das pessoas jurídicas no Brasil	52
2.1.3. Lei aplicável à capacidade: fator territorial	53
2.1.4. Lei aplicável à capacidade: tempo	55
2.1.4.1. Convenção de arbitragem.....	55
2.1.4.2. Instauração e curso do procedimento arbitral	56
2.1.4.3. Cumprimento e Execução da Sentença Arbitral.....	59
2.1.4.4. Lei superveniente e capacidade da parte.....	59
2.1.5. Legitimação e interesse para arguir a falta de arbitrabilidade subjetiva.....	59
2.2. Litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Arbitrabilidade Objetiva.....	60
2.2.1. Litígios.....	60
2.2.2. Direitos patrimoniais.....	63
2.2.3. Direitos disponíveis.....	64
2.2.4. Necessária distinção entre arbitrabilidade objetiva e escopo da convenção de arbitragem.....	68
3. ARBITRAGEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	69
3.1. Administração Pública Direta e Indireta.....	69

3.2.	Requisitos para utilização da arbitragem pela administração pública direta e indireta: conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.....	70
3.3.	Particularidades da arbitragem envolvendo a Administração Pública	74
3.4.	Representação da administração pública na arbitragem.....	74
4.	ARBITRAGEM COLETIVA.....	75
ART. 2º		77
1.	ARBITRAGEM DE DIREITO E DE EQUIDADE: UMA INTRODUÇÃO	77
1.1.	Arbitragem de direito	78
1.2.	Arbitragem de Equidade	80
2.	AUTONOMIA DE VONTADE DAS PARTES NA ESCOLHA DO DIREITO APLICÁVEL	83
2.1.	Direito aplicável ao mérito da arbitragem (direito substancial)	84
2.1.1.	Bons costumes.....	86
2.1.2.	Ordem Pública	87
2.2.	Direito aplicável à convenção de arbitragem	88
2.3.	Direito aplicável ao procedimento arbitral (<i>lex arbitri</i>).....	93
3.	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES E REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO	94
3.1.	Princípios gerais do direito.....	95
3.2.	Usos e costumes.....	96
3.3.	Regras internacionais de comércio.....	98
4.	ARBITRAGEM ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS PARTICULARIDADES.....	99
4.1.	Arbitragem de direito	99
4.2.	Princípio da publicidade.....	101
4.2.1.	Confidencialidade	102
4.2.2.	Privacidade.....	103
CAPÍTULO II – DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E SEUS EFEITOS		105
ART. 3º		105
1.	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	105
2.	RELAÇÃO JURÍDICA DETERMINADA	106
3.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E COMPROMISSO ARBITRAL.....	107
4.	ATA DE MISSÃO, TERMO DE ARBITRAGEM E COMPROMISSO ARBITRAL.....	110
5.	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E FORO JUDICIAL.....	111
6.	VINCULAÇÃO DE NÃO SIGNATÁRIOS À CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (EXTENSÃO SUBJETIVA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM)	113
6.1.	Representação irregular	114
6.2.	Circulação da Convenção de Arbitragem	114
6.2.1.	Cessão de crédito, assunção de dívidas e cessão da posição contratual ...	115
6.2.2.	Sub-rogação.....	116
6.2.3.	Sucessão universal de pessoa física	117

6.2.4.	Sucessão de empresas: incorporação, fusão e cisão de empresas; trespasse do estabelecimento	118
6.3.	Incorporação por referência.....	118
6.4.	Cláusula compromissória estatutária: vinculação de acionistas, quotistas e administradores.....	119
6.5.	Teoria dos Atos Próprios (<i>Estoppel</i>)	122
6.5.1.	Vinculação de não signatário com base na teoria do <i>estoppel</i>	123
6.5.2.	Vinculação de signatário com base na teoria do <i>estoppel</i>	124
6.5.3.	<i>Estoppel</i> e sua análise casuística.....	125
6.6.	Teoria dos Grupos Empresariais (Grupos Econômicos ou Grupos de Sociedades)	125
6.7.	Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	131
6.8.	Vinculação de não signatários, manutenção da vinculação do signatário cedente, princípio <i>Kompetenz-Kompetenz</i> e verificação <i>in statu assertionis</i>	133
7.	EXTENSÃO OBJETIVA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	134
7.1.	Subcontratação	137
7.2.	Contratos de garantia	138
8.	ARGUIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	139
9.	O PROBLEMA DA IMPECUNIOSIDADE: INEFICÁCIA PARCIAL DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM?	141
ART. 4º		143
1.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E DISPUTAS RELACIONADA A CONTRATO.....	143
2.	COMPROMISSO EM ARBITRAR.....	143
2.1.	Cláusula escalonada	143
2.2.	Cláusula patológica.....	145
3.	FORMA ESCRITA.....	148
4.	CONTRATOS DE ADESÃO	151
ART. 5º		155
1.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA "CHEIA" E CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA "VAZIA"....	155
2.	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	156
3.	ESCOLHA DAS PARTES.....	157
4.	ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	159
5.	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL.....	161
5.1.	Efetividade (ou autoexecutoriedade).....	162
5.2.	Segurança e previsibilidade	162
5.3.	Confiabilidade (ou governança)	162
ART. 6º		173
1.	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA VAZIA.....	173
2.	COMUNICAÇÃO DO INTERESSE EM DAR INÍCIO À ARBITRAGEM	173

3.	DIA, HORA E LOCAL CERTOS PARA FIRMAR O COMPROMISSO ARBITRAL.....	174
4.	CONCORDÂNCIA, NÃO COMPARECIMENTO OU RECUSA DA PARTE	175
5.	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA AÇÃO DE INSTAURAÇÃO DA ARBITRAGEM...	176
ART. 7º.....		179
1.	AÇÃO JUDICIAL PARA INSTAURAÇÃO DA ARBITRAGEM.....	179
2.	CABIMENTO (INTERESSE PROCESSUAL).....	180
2.1.	Presença de cláusula vazia.....	180
2.2.	Resistência da parte contrária	182
2.3.	Ação contra a instituição arbitral.....	184
3.	PROCEDIMENTO.....	185
3.1.	Petição inicial	187
3.1.1.	Valor da causa	188
3.1.2.	Tutela de urgência.....	189
3.2.	Citação para comparecer em juízo.....	189
3.3.	Audiência especial (e sua possível dispensa)	190
3.3.1.	Ausências do Autor ou do Réu	190
3.3.2.	Conciliação acerca do litígio	191
3.3.3.	Lavratura de compromisso arbitral.....	192
3.3.4.	Delimitação dos pontos controvertidos	193
3.4.	Oitiva do réu	195
3.5.	Cognição e provas.....	196
3.6.	Nomeação de árbitro único ou de tribunal arbitral	198
3.7.	Sentença.....	199
3.8.	Recurso contra a sentença	201
ART. 8º.....		203
1.	SEPARABILIDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA, <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i> E AS <i>GATEWAY ISSUES</i>	203
2.	SEPARABILIDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	204
2.1.	Autonomia em relação ao <i>status</i> do contrato principal	205
2.2.	Autonomia em relação à lei aplicável ao contrato principal	207
2.3.	Renunciabilidade.....	207
3.	<i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i>	207
3.1.	Efeito positivo.....	209
3.2.	Efeito negativo	209
3.2.1.	Mitigação do modelo de competência prioritária incondicionada: conhecimento, pelo Poder Judiciário, da <i>inexistência</i> de convenção de arbitragem (e análise da validade e eficácia da convenção de arbitragem <i>in statu assertionis</i>)	211
3.2.2.	Reconhecimento de competência pelo juízo arbitral	214
3.2.3.	Análise mediata e ilimitada do Poder Judiciário	215

3.3.	Conflito positivo de competência.....	215
3.3.1.	Conflito positivo de competência entre juízos arbitrais ou entre instituições arbitrais	218
3.3.2.	Procedimento do conflito de competência	219
3.4.	Conflito negativo de competência.....	219
3.5.	Medidas "antiarbitragem"	220
ART. 9º		223
1.	COMPROMISSO ARBITRAL	223
2.	COMPROMISSO ARBITRAL JUDICIAL	224
2.1.	Ação para instituição da arbitragem (art. 7º da LArb)	224
2.2.	Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95).....	224
2.3.	Procedimento comum (CPC/2015)	225
3.	COMPROMISSO ARBITRAL EXTRAJUDICIAL.....	226
4.	ANULAÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL	228
ART. 10		229
1.	REQUISITOS INTRÍNSECOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	229
1.1.	Nome, profissão, estado civil e domicílio das partes.....	229
1.2.	Nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros	230
1.3.	Matéria objeto da arbitragem.....	231
1.4.	Lugar em que será proferida a sentença arbitral	232
2.	CONCLUSÃO: RECONSTRUINDO OS REQUISITOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	233
3.	COMPROMISSOS ARBITRAIS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	233
ART. 11		235
1.	ELEMENTOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	235
1.1.	Local e sede da arbitragem.....	235
1.1.1.	Sede da arbitragem e nacionalidade da sentença arbitral.....	236
1.1.2.	Liberdade de escolha da sede	236
1.1.3.	Sede da arbitragem e foro judicial.....	237
1.1.4.	Autorização para prática de atos fora da sede da arbitragem ou virtuais (remotos).....	237
1.2.	Julgamento por equidade.....	237
1.3.	Prazo para apresentação da sentença arbitral.....	238
1.4.	Direito aplicável.....	238
1.5.	Responsabilidade pelo pagamento dos honorários e despesas com a arbitragem ...	238
1.6.	Honorários dos árbitros.....	239
1.6.1.	Honorários dos árbitros: título executivo extrajudicial	239
1.6.2.	Ação de arbitramento de honorários arbitrais	240

ART. 12	243
1. EXTINÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL	243
2. ESCOLHA PERSONALÍSSIMA DE ÁRBITRO	243
3. PRAZO PARA PROLAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL <i>FINAL</i>	244
3.1. Suspensão ou interrupção do prazo	245
3.2. Prazo previsto na convenção de arbitragem, nas regras institucionais ou na lei de arbitragem	246
4. EFEITOS DA DECISÃO: EXTINÇÃO DO <i>COMPROMISSO ARBITRAL</i> OU EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	246
5. APLICAÇÃO RESTRITA	247
CAPÍTULO III – DOS ÁRBITROS	249
ART. 13	249
1. DO ÁRBITRO	249
1.1. Árbitro e outras figuras	253
1.2. Relação contratual	254
1.3. Capacidade para ser árbitro	255
1.4. Confiança das partes	257
2. NOMEAÇÃO DE ÁRBITROS	258
2.1. Árbitro único	262
2.2. Tribunal arbitral	263
2.2.1. Vedação ao número par de árbitros	263
2.2.2. Escolha do coárbitro para compor o tribunal arbitral	264
2.2.3. Escolha do presidente do tribunal arbitral	265
2.3. Suplentes	268
2.4. Nomeação pela instituição arbitral	269
2.5. Nomeação pelo Poder Judiciário	270
2.6. Nomeação em arbitragem multiparte	270
2.7. Diversidade	273
2.8. Idioma e nacionalidade do árbitro	273
2.9. Lista de árbitros	274
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À ATIVIDADE DO ÁRBITRO: IMPARCIALIDADE, INDEPENDÊNCIA, COMPETÊNCIA, DILIGÊNCIA E DISCRIÇÃO	275
3.1. Imparcialidade	275
3.1.1. Neutralidade	277
3.2. Independência	279
3.3. Competência	280
3.4. Diligência	281
3.4.1. Disponibilidade do árbitro	281
3.4.2. Boas práticas da arbitragem	282
3.4.3. Consequências do descumprimento do dever de diligência	282
3.5. Discrição	283

4.	SECRETÁRIO DO ÁRBITRO ÚNICO OU DO TRIBUNAL ARBITRAL	284
4.1.	Função do secretário e indelegabilidade da função arbitral.....	286
5.	ADIANTAMENTO DE VERBAS PARA DESPESAS E DILIGÊNCIAS	288
ART. 14		291
1.	INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE.....	291
2.	A REDAÇÃO PROBLEMÁTICA DO ART. 14	292
3.	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO: IMPEDIMENTO <i>LATO SENSU</i> DO ÁRBITRO	293
4.	APLICAÇÃO PARCIAL E NÃO TAXATIVA DO CPC ÀS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO DO ÁRBITRO.....	294
4.1.	Impedimento do juiz no CPC.....	296
4.2.	Suspeição do juiz no CPC	299
5.	APLICAÇÃO EXCLUSIVA AOS ÁRBITROS (E, POR EXTENSÃO, AO SECRETÁRIO DO TRIBUNAL ARBITRAL)	301
6.	CÓDIGOS DE ÉTICA E <i>SOFT LAW</i>	302
6.1.	Princípios Gerais das Diretrizes da IBA	304
6.2.	Aplicação dos Princípios Gerais das Diretrizes da IBA.....	308
6.2.1.	Lista Vermelha.....	308
6.2.2.	Lista Laranja	308
6.2.3.	Lista Verde.....	309
6.3.	Conclusões sobre a aplicação das Diretrizes da IBA e sua compatibilidade com o direito brasileiro.....	309
7.	ATUAÇÃO SIMULTÂNEA DO ÁRBITRO COMO ADVOGADO (<i>DOUBLE-HATTING</i>)	311
8.	RELAÇÃO DO ÁRBITRO COM AS PARTES OU COM SEUS PROCURADORES: <i>REPEAT APPOINTMENTS</i>	312
9.	VIESES CONSCIENTES E INCONSCIENTES.....	314
10.	POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DE ÁRBITRO SUSPEITO OU IMPEDIDO	316
11.	DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÁRBITRO.....	320
11.1.	Dever de aplicar o direito.....	321
11.2.	Responsabilidade civil do árbitro	323
11.2.1.	Limitação de responsabilidade.....	326
11.2.2.	Dever de indenizar e outras consequências	328
11.3.	Responsabilidade das instituições arbitrais	328
12.	DEVER DE REVELAÇÃO	329
12.1.	O que revelar?.....	330
12.1.1.	Fatos ou circunstâncias não relacionados à independência e à imparcialidade	332
12.1.2.	Dever de revelação da parte (e de seus advogados)	332
12.1.3.	Fatos notórios ou acessíveis para as partes: dever de investigação.....	333
12.2.	Quando revelar?	334
12.3.	Modo de revelação	338
12.4.	Consequências para o descumprimento do dever de revelação.....	338
13.	RECUSA DO ÁRBITRO	342

ART. 15	345
1. IMPUGNAÇÃO DE ÁRBITRO (EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO OU IMPEDIMENTO DO ÁRBITRO)	345
2. LEGITIMIDADE ATIVA	346
3. FORMA DA IMPUGNAÇÃO E PROVAS	346
4. DESTINATÁRIO DA IMPUGNAÇÃO	347
5. TRÂMITE DA IMPUGNAÇÃO	348
5.1. Prazo para apresentação da impugnação	348
5.2. Notificação dos árbitros e das partes	349
5.3. Comportamento do árbitro impugnado	349
5.4. Comportamento das partes	350
5.5. Comportamento dos demais árbitros	351
5.6. Competência para julgamento da impugnação	351
6. SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	352
7. DECISÃO	353
8. EFEITOS DO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO	354
8.1. Repetição dos atos praticados pelo árbitro afastado	354
8.2. Custos envolvidos na impugnação e recomposição dos honorários arbitrais	356
9. RESPONSABILIDADE PELOS CUSTOS DECORRENTES DA IMPUGNAÇÃO	358
ART. 16	359
1. SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	359
1.1. Recusa da nomeação pelo árbitro	359
1.2. Causas naturais de substituição: falecimento ou incapacitação do árbitro	360
1.3. Outras impossibilidades para o exercício da função	360
1.4. Recusa do árbitro	361
2. CRITÉRIOS PARA SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	361
3. AÇÃO JUDICIAL PARA NOMEAÇÃO DO ÁRBITRO	362
4. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO	363
5. INCONVENIÊNCIA OU DESNECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO (<i>TRUNCATED TRIBUNAL</i>)	363
6. CONSEQUÊNCIAS DA SUBSTITUIÇÃO	364
ART. 17	365
1. EQUIPARAÇÃO DE ÁRBITROS A FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PARA EFEITOS DA LEI PENAL	365
1.1. Árbitro como agente	365
1.1.1. Dever de reportar atividades criminosas às autoridades	369
1.2. Árbitro como vítima	372
ART. 18	373
1. O ÁRBITRO COMO JUIZ DE FATO E DE DIREITO	373

2.	AUTORIDADE E DEFINITIVIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	375
2.1.	Recurso contra sentença arbitral	376
2.2.	Homologação pelo Poder Judiciário	377
	CAPÍTULO IV – DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	379
	ART. 19	379
1.	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	379
1.1.	Litispêndência	380
1.2.	Ainda sobre a relevância do momento da instituição da arbitragem: consolidação de arbitragens, medidas cautelares e de urgência	385
2.	ADENDO À CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	385
3.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO	386
	ART. 20	389
1.	MODELO DE REGULAÇÃO DO PRINCÍPIO <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i> : COMPETÊNCIA PRIORITÁRIA INCONDICIONADA DOS ÁRBITROS	389
1.1.	Inexistência, nulidade, invalidade ou ineficácia	389
2.	PRECLUSÃO E “EFEITO PURIFICADOR”	390
2.1.	Questões não sujeitas à preclusão	391
3.	MOMENTO DA ARGUIÇÃO	394
4.	ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO OU IMPEDIMENTO	396
5.	RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO ARBITRAL OU, AINDA, DA INEXISTÊNCIA, INVALIDADE OU INEFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	397
6.	DESACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO, PROSSEGUIMENTO DA ARBITRAGEM E ANÁLISE MEDIATA PELO PODER JUDICIÁRIO	398
	ART. 21	399
1.	REGRAS PROCEDIMENTAIS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM: AUTONOMIA DA VONTADE DAS PARTES	399
2.	PODER RESIDUAL DO ÁRBITRO	401
2.1.	CPC e Arbitragem	402
2.2.	Boas práticas para a organização do procedimento arbitral	407
3.	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS APLICÁVEIS À ARBITRAGEM	419
3.1.	Contraditório	420
3.2.	Igualdade das partes	424
3.3.	Imparcialidade do árbitro	426
3.4.	Livre convencimento	429
3.5.	<i>Due process paranoia</i>	430
4.	CAPACIDADE POSTULATÓRIA: FACULTATIVIDADE DA REPRESENTAÇÃO POR ADVOGADO	434
4.1.	Advogados estrangeiros	434
5.	CONCILIAÇÃO DAS PARTES	434
6.	CONSOLIDAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ARBITRAIS	436

7.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (OU INTEGRAÇÃO DE PARTE ADICIONAL)	437
7.1.	Intervenção espontânea	439
7.2.	Intervenção provocada	440
7.3.	Requisitos comuns às intervenções espontânea e provocada	440
ART. 22		441
1.	ARBITRAGEM, BUSCA PELA VERDADE E PODERES INSTRUTÓRIOS DO ÁRBITRO.....	441
1.1.	Critérios para a admissibilidade da prova	444
2.	OBJETO DA PROVA NA ARBITRAGEM	450
3.	ÔNUS DA PROVA	451
3.1.	Inversão ou dinamização do ônus da prova.....	454
3.2.	Modelos de constatação (<i>standards</i> probatórios)	454
3.3.	Inferências negativas	456
4.	MEIOS DE PROVA.....	459
4.1.	Prova documental	460
4.1.1.	Juntada espontânea de documentos pela parte	460
4.1.2.	Requerimento de produção de documentos pela parte contrária ou por terceiros (<i>requests to produce</i>)	462
4.1.2.1.	Regras da IBA e <i>Redfern Schedule</i>	463
4.1.3.	Outros aspectos relevantes da prova documental: digitalização, <i>e-bundle</i> , numeração, tradução, autenticidade	469
4.1.4.	Prova documental e prova documentada	470
4.2.	Prova técnica (ou pericial).....	471
4.2.1.	Objetivo da prova técnica	472
4.2.2.	Peritos ou <i>experts</i> das partes, assistentes técnicos ou testemunhas técnicas.....	474
4.2.3.	Perito do tribunal arbitral	479
4.2.3.1.	Escolha do perito	481
4.2.3.2.	Atuação do perito do tribunal: interação com as partes, seus assistentes técnicos e com o tribunal arbitral.....	482
4.2.3.3.	Custos da perícia	483
4.2.4.	Independência e imparcialidade: dever de revelação.....	484
4.2.5.	Critérios para escolha entre os modelos	485
4.3.	Prova oral	486
4.3.1.	Depoimentos pessoais das partes	488
4.3.2.	Testemunhas fáticas	490
4.3.2.1.	Quem pode ser testemunha?	491
4.3.2.1.1.	Informante	492
4.3.2.1.2.	Indeferimento da oitiva de testemunha	493
4.3.2.2.	Depoimentos orais e depoimentos escritos	494
4.3.2.3.	Preparação de testemunhas.....	497

4.3.2.4.	Contradita (impugnação) da testemunha.....	501
4.3.2.4.1.	Testemunha remunerada	501
4.3.2.5.	Oitiva (inquirição) da testemunha	502
4.3.2.5.1.	Metodologia do processo civil comum.....	502
4.3.2.5.2.	Metodologia da arbitragem internacional.....	503
4.3.2.5.3.	<i>Witness conferencing</i>	506
4.3.2.6.	Condução espontânea e coercitiva da testemunha	506
4.3.2.6.1.	Metodologia do processo civil comum.....	507
4.3.2.6.2.	Metodologia da arbitragem internacional.....	507
4.4.	Audiência	510
4.4.1.	Conferência pré-audiência (<i>pre-hearing conference</i>)	511
4.4.2.	Audiência virtual ou presencial	512
4.4.2.1.	Audiência virtual e suas particularidades	513
4.4.3.	Protocolo da audiência (presencial ou virtual).....	513
4.4.3.1.	Intercorrências da audiência e questionamento sobre observância do devido processo legal	518
4.4.3.2.	Conferência dos árbitros após a audiência.....	518
4.5.	Inspecções do tribunal arbitral.....	519
5.	VALORAÇÃO DA PROVA.....	520
6.	REVELIA	525
7.	SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO E REPETIÇÃO DAS PROVAS.....	526
CAPÍTULO IV-A – DAS TUTELAS CAUTELARES E DE URGÊNCIA		527
ART. 22-A.....		527
1.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.....	527
1.1.	Tutela preparatória e tutela incidental	528
1.2.	Algumas hipóteses de tutela de urgência pré-arbitral	528
1.2.1.	Medidas “antiarbitragem” (<i>anti-suit</i>).....	529
1.3.	Competência.....	529
1.3.1.	Competência concorrente do árbitro de emergência	530
1.3.2.	Perda superveniente da competência.....	531
1.4.	Requisitos para a concessão da medida	531
1.5.	Cessação da eficácia.....	532
2.	INADMISSIBILIDADE DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS DESVINCULADA DA URGÊNCIA	532
ART. 22-B.....		535
1.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	535
2.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE.....	535
2.1.	Manutenção, modificação ou revogação da tutela provisória de urgência	536
2.2.	Inaplicabilidade da segunda parte do art. 310 do CPC: reconhecimento de decadência ou prescrição	537

3.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL	537
3.1.	Crítérios para a concessão da tutela de urgência pelos árbitros	538
3.1.1.	Jurisdição <i>prima facie</i>	539
3.1.2.	Probabilidade de sucesso (ou caso <i>prima facie</i>)	539
3.1.3.	Urgência	540
3.1.4.	Risco de dano sério ou irreparável	541
3.1.5.	Proporcionalidade da medida	542
3.1.5.1.	Reversibilidade da medida e exigência de contracautela	542
3.1.6.	Requisito negativo: proibição de prejulgamento do pedido principal	543
3.2.	Limites para a concessão da tutela de urgência pelos árbitros	544
3.3.	Espécies de tutela provisória de urgência	544
3.3.1.	Preservação da prova	545
3.3.2.	Estabilização das relações das partes e obtenção da performance específica das obrigações	545
3.3.3.	Ordens de pagamento (ou de entrega de coisa)	546
3.3.4.	Medidas para assegurar a futura execução da sentença arbitral	546
3.3.5.	Medidas para garantir o pagamento das custas da arbitragem (<i>security for costs</i>)	546
3.4.	Tutela de urgência <i>inaudita altera parte</i> (<i>ex parte</i>)	547
3.5.	Tutela de urgência <i>ex officio</i> e poder geral de cautela do árbitro	549
3.6.	Execução da tutela de urgência	549
4.	TUTELA DA EVIDÊNCIA	550
	CAPÍTULO IV-B – DA CARTA ARBITRAL	553
	ART. 22-C	553
1.	CARTA ARBITRAL	553
1.1.	Cooperação “inversa”: do juízo estatal ao juízo arbitral	554
2.	REQUISITOS DA CARTA ARBITRAL	555
3.	PROCEDIMENTO	556
3.1.	Expedição pelo árbitro, remessa pela parte	556
3.2.	Competência	557
3.3.	Confidencialidade	557
3.4.	Análise pelo Poder Judiciário	558
4.	CARTA ARBITRAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	558
	CAPÍTULO V – DA SENTENÇA ARBITRAL	553
	ART. 23	561
1.	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	561
1.1.	Prolação (ou proferimento) e apresentação da sentença arbitral	562
1.2.	Prorrogação do prazo	563
1.3.	Consequências para descumprimento do prazo	563
2.	SENTENÇAS ARBITRAIS PARCIAIS	563

2.1.	Sentença.....	566
2.2.	Parcial.....	568
2.3.	Conclusão sobre o conceito de sentença arbitral parcial	569
2.4.	Conveniência e requisitos da sentença arbitral parcial.....	570
2.5.	Pedido de esclarecimentos e <i>res judicata</i>	572
ART. 24		573
1.	FORMA ESCRITA DAS SENTENÇAS ARBITRAIS	573
2.	DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL ARBITRAL.....	573
2.1.	Decisões monocráticas do presidente do tribunal arbitral e decisões <i>ad referendum</i>	575
2.2.	Decisão por maioria	576
2.3.	Ausência de maioria e prevalência da decisão do presidente do tribunal arbitral	577
2.4.	Voto divergente (<i>dissenting opinion</i>)	578
ART. 25. (Revogado).....		581
ART. 26		581
1.	REQUISITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	581
1.1.	Relatório	581
1.2.	Fundamentação.....	583
1.2.1.	<i>Iura Novit Arbiter</i>	586
1.2.2.	Renunciabilidade	589
1.2.3.	Equidade e fundamentação	591
1.2.4.	Dever de aplicar o direito na fundamentação. Precedentes vinculantes.....	592
1.3.	Dispositivo	593
1.4.	Local e data.....	594
1.5.	Assinatura do(s) árbitro(s).....	595
2.	NOTAS SOBRE A REDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	596
ART. 27		599
1.	RESPONSABILIDADE PELAS CUSTAS E DESPESAS COM A ARBITRAGEM	599
2.	CONCEITO DE CUSTAS E DESPESAS	599
2.1.	Taxas administrativas (taxa de registro e taxa de administração)	600
2.2.	Honorários dos árbitros.....	601
2.3.	Honorários e Taxas de Comitês Especiais (Comitês de Impugnação)	601
2.4.	Honorários de perito do tribunal.....	601
2.5.	Outros custos da instituição arbitral e dos árbitros	602
2.6.	Honorários contratuais dos advogados das partes	602
2.6.1.	Honorários de êxito	603
2.6.2.	Desproporção dos honorários advocatícios.....	604
2.6.3.	Honorários de advogados pertencentes a corpo jurídico interno ou de advogados públicos.....	605

2.7.	Honorários de assistentes técnicos e pareceristas	606
2.8.	Honorários de pareceristas jurídicos.....	607
2.9.	Custos com financiamentos de terceiros	608
2.10.	Demais despesas das partes e de seus advogados.....	608
3.	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	608
4.	CRITÉRIO PARA PARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	610
5.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.....	611
6.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	612
ART. 28		615
1.	ACORDO QUANTO AO LITÍGIO.....	615
1.1.	Forma do acordo.....	616
2.	COLABORAÇÃO DO ÁRBITRO NA CONSTRUÇÃO DO ACORDO	616
3.	PEDIDO DAS PARTES E FACULTATIVIDADE DA HOMOLOGAÇÃO.....	616
4.	DECLARAÇÃO DE FATO	617
5.	PODERES PARA TRANSIGIR.....	617
6.	REQUISITOS DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DO ACORDO	618
7.	ACORDO PARCIAL E SUA HOMOLOGAÇÃO.....	619
8.	IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA	619
8.1.	Impugnação do acordo homologado	620
9.	RECUSA DA HOMOLOGAÇÃO	621
10.	HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO PRÉVIO À ARBITRAGEM	623
11.	MOMENTO DA HOMOLOGAÇÃO	623
12.	APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE NY A SENTENÇAS ARBITRAIS HOMOLOGATÓRIAS DE ACORDO.....	624
ART. 29		625
1.	PROLAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	625
1.1.	Prolação.....	625
1.2.	Escrutínio.....	625
1.3.	Comunicação.....	627
2.	FIM DA ARBITRAGEM (<i>FUNCTUS OFFICIO</i>)	628
3.	IMPACTOS EXTERNOS DA PROLAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL: PRAZOS MATERIAIS E PROCESSUAIS.....	629
ART. 30		631
1.	PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS À SENTENÇA ARBITRAL	631
1.1.	Prazo	632
1.2.	Renunciabilidade ao direito de pedir esclarecimentos	633
1.3.	Comunicação à outra parte e contraditório	633
2.	CABIMENTO.....	634
2.1.	Erro material	635

2.2.	Obscuridade.....	636
2.3.	Contradição	637
2.4.	Omissão	637
2.5.	Dúvida ou interpretação.....	639
2.6.	Fungibilidade.....	640
2.7.	Pedido de esclarecimentos da decisão em pedido de esclarecimentos?.....	640
3.	EFEITOS DA APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	641
3.1.	Suspensão da eficácia da sentença arbitral	641
3.2.	Interrupção do prazo para ação anulatória da sentença arbitral	643
3.3.	Obstáculo à formação da coisa julgada arbitral.....	643
4.	REABERTURA DA INSTRUÇÃO	643
5.	PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E AÇÃO ANULATÓRIA	644
6.	PRAZO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DA DECISÃO	645
7.	HONORÁRIOS ARBITRAIS E ADVOCATÍCIOS NO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS....	646
8.	SANÇÕES POR PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS MANIFESTAMENTE DESCABIDO ...	647
9.	ADITAMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL E COMUNICAÇÃO DAS PARTES	647
10.	CORREÇÃO DE OFÍCIO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	648
11.	ALTERAÇÃO DA SENTENÇA POR ACORDO ENTRE AS PARTES	649
12.	INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA <i>NE REFORMATIO IN PEJUS</i>	649
13.	PEDIDOS SUCESSIVOS DE ESCLARECIMENTOS	650
ART. 31		651
1.	EQUIPARAÇÃO ENTRE SENTENÇA ARBITRAL E SENTENÇA JUDICIAL QUANTO AOS SEUS EFEITOS	651
2.	EFICÁCIA DA SENTENÇA ARBITRAL.....	651
2.1.	Eficácia condenatória e título executivo (cumprimento e execução da sentença arbitral)	652
2.1.1.	Particularidades do cumprimento e execução da sentença arbitral.....	653
3.	LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	653
4.	COISA JULGADA ARBITRAL	654
4.1.	Trânsito em julgado.....	657
4.2.	Coisa julgada e sentença arbitral parcial	658
4.3.	Conhecimento de ofício da coisa julgada pelo árbitro	659
4.4.	Coisa julgada arbitral estrangeira.....	659
5.	EFICÁCIA CONTRA AS PARTES E SEUS SUCESSORES.....	659
5.1.	Eficácia contra terceiros	660
ART. 32		661
1.	ANULABILIDADE, NULIDADE E INEXISTÊNCIA DA SENTENÇA ARBITRAL	661
2.	HIPÓTESES DE ANULABILIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	663
2.1.	Nulidade da convenção de arbitragem.....	663
2.1.1.	Nulidade de natureza formal	664

2.1.2.	Nulidade de natureza substancial.....	665
2.1.2.1.	Vício do consentimento	665
2.1.2.2.	Inarbitrabilidade objetiva ou subjetiva	667
2.2.	Sentença emanada de quem não podia ser árbitro	668
2.2.1.	Falta de independência ou imparcialidade	669
2.2.2.	Escolha do árbitro em desconformidade com a convenção de arbitragem	674
2.2.3.	Outros requisitos relacionados ao árbitro	675
2.3.	Sentença que não contiver os requisitos do art. 26 (relatório, fundamentação, dispositivo, data e lugar em que foi proferida, assinatura dos árbitros).....	676
2.4.	Sentença fora dos limites da convenção de arbitragem.....	679
2.4.1.	Excesso de poderes no julgamento do mérito.....	680
2.5.	Sentença proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva	682
2.6.	Sentença proferida fora do prazo	683
2.7.	Procedimento em que são desrespeitados os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento	685
2.8.	Violação da coisa julgada	688
2.9.	Violação da ordem pública.....	689
ART. 33		691
1.	AÇÃO ANULATÓRIA DA SENTENÇA ARBITRAL	691
1.1.	Cabimento	692
1.1.1.	Sentença arbitral doméstica.....	693
1.1.2.	Irrenunciabilidade	694
1.1.2.1.	Impossibilidade de ampliação das hipóteses de cabimento da ação anulatória	695
1.1.3.	Irrelevância do pedido de esclarecimentos	696
1.2.	Legitimidade ativa e passiva	697
1.2.1.	Litisconsórcio ativo e passivo.....	698
1.3.	Competência.....	699
1.4.	Hipóteses legais.....	700
2.	PRAZO DECADENCIAL.....	701
2.1.	Ação declaratória de nulidade da sentença arbitral (sem prazo)	702
3.	PROCEDIMENTO.....	702
3.1.	Julgamento antecipado do mérito	705
3.2.	Efeito suspensivo (tutela de urgência e tutela da evidência).....	705
4.	SENTENÇA CONSTITUTIVO-NEGATIVA	707
4.1.	Anulação parcial da sentença arbitral	708
4.2.	Determinação para prolação de nova sentença.....	708
4.3.	Adstrição à causa de pedir da ação anulatória.....	709
4.4.	Sucumbência	709
5.	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL E ARGUIÇÃO DE SUA ANULABILIDADE.....	710

6. SENTENÇA ARBITRAL <i>CITRA PETITA</i> E PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO	711
7. <i>FUNCTUS OFFICIO</i> E REENVIO DA DISPUTA AOS ÁRBITROS	711
CAPÍTULO VI – DO RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	713
ART. 34	713
1. RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	713
2. VISÃO GERAL SOBRE A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE	714
3. DISTINÇÃO ENTRE RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO	716
4. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA: CONCEITO	717
4.1. Sentença arbitral	717
4.2. Sentença arbitral estrangeira	720
ART. 35	723
1. DESNECESSIDADE DE DUPLA-HOMOLOGAÇÃO	723
2. COMPETÊNCIA DO STJ E DA JUSTIÇA FEDERAL	723
ART. 36	725
1. APLICAÇÃO DAS REGRAS SOBRE RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA	725
2. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	725
3. MEDIDAS DE URGÊNCIA.....	726
4. EXECUÇÃO PROVISÓRIA E EXECUÇÃO DEFINITIVA DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	727
5. CORREÇÃO MONETÁRIA NA EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA....	727
6. DEFESA DO EXECUTADO.....	728
7. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	729
ART. 37	731
1. LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA REQUERER A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	731
2. PRAZO	732
3. REQUISITOS FORMAIS DO PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	732
3.1. Requisitos do art. 319 do CPC.....	732
3.2. Original ou cópia certificada da sentença arbitral estrangeira, apostilada e acompanhada de tradução oficial.....	735
3.3. Original ou cópia da convenção de arbitragem	736
3.4. Prova da notificação da parte requerida para instauração da arbitragem	736
3.5. Prova da eficácia da sentença arbitral.....	738
4. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS FORMAIS: OPORTUNIDADE DE REGULARIZAÇÃO	739
5. DESNECESSIDADE DE CAUÇÃO	739
6. RITO DO PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA...	739

ART. 38	741
1. RECUSA DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	741
2. ÔNUS DO RÉU (REQUERIDO) E DO AUTOR (REQUERENTE).....	742
3. FUNDAMENTOS PARA A RECUSA	743
3.1. Incapacidade das partes para firmar convenção de arbitragem (art. 38, I).....	744
3.2. Convenção de arbitragem inválida (art. 38, II)	746
3.2.1. Preclusão da arguição de invalidade da convenção de arbitragem	749
3.3. Ausência de notificação sobre a instauração da arbitragem (art. 38, III)	750
3.4. Ausência de notificação da designação do árbitro (art. 38, III).....	751
3.5. Violação do contraditório e da ampla defesa (art. 38, III)	752
3.6. Sentença fora dos limites da convenção de arbitragem (art. 38, IV)	755
3.7. Instituição da arbitragem em desacordo com o compromisso arbitral ou com a cláusula compromissória (art. 38, V).....	757
3.8. Não obrigatoriedade, suspensão ou anulação da sentença arbitral estrangeira (art. 38, VI)	758
3.8.1. Obrigatoriedade da sentença	758
3.8.2. Anulação da sentença arbitral no país de origem	759
3.8.2.1. Ajuizamento de ação anulatória.....	760
3.8.3. Suspensão da sentença arbitral no país de origem	761
ART. 39	763
1. INARBITRABILIDADE OBJETIVA COMO CAUSA PARA A NEGATIVA DE HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	763
2. OFENSA À ORDEM PÚBLICA	764
2.1. Falta de fundamentação da sentença arbitral estrangeira: ausência de violação à ordem pública	768
2.2. Ofensa à coisa julgada material: violação à ordem pública	769
3. AUSÊNCIA DE REQUISITOS ESPECIAIS PARA A CITAÇÃO NO BRASIL	769
ART. 40	771
1. DENEGAÇÃO POR VÍCIO FORMAL E REITERAÇÃO DO PEDIDO.....	771
2. PEREMPÇÃO.....	772
CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	773
ART. 41	773
1. ALTERAÇÕES NA LEI PROCESSUAL.....	773
2. EXTINÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL POR CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM OU PELO RECONHECIMENTO, PELO ÁRBITRO, DE SUA COMPETÊNCIA	773
3. EXCEÇÃO DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM: MOMENTO PARA SUA ARGUIÇÃO.....	774
4. SENTENÇA ARBITRAL COMO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL	775
ART. 42	777
1. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO NA AÇÃO PARA INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	777

ART. 43	779
1. VIGÊNCIA	779
2. RETROATIVIDADE.....	779
ART. 44	781
1. REVOGAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	781
2. CÓDIGO CIVIL DE 2002	782
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	783
BIBLIOGRAFIA	795